

APRESENTAÇÃO

PACTO NACIONAL PELA ALFABETIZAÇÃO NA IDADE CERTA

O Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa é um programa do Governo Federal, de formação continuada de professores alfabetizadores, firmado entre o MEC, as secretarias de educação estaduais, municipais e distrital, e 38 universidades públicas brasileiras, entre elas a Universidade Federal de Juiz de Fora/MG.

O compromisso do programa, juntamente com as competências envolvidas, é o de ensinar a todas as crianças até, no máximo, os 8 anos de idade, ou seja, ao final do 3º ano do Ensino Fundamental, a ler, escrever e realizar as quatro operações matemáticas.

Firmado em quatro eixos de sustentação (formação continuada presencial; material didático; avaliações; gestão, mobilização e controle social), o programa foi desenvolvido em 2013 com ênfase nos estudos de Alfabetização – Língua Portuguesa em interface com os demais conteúdos escolares, por meio dos Direitos de Aprendizagem. Em 2014, o foco foi na Alfabetização Matemática com aprofundamento em Língua Portuguesa. Em 2015, os diversos conteúdos escolares são retomados em cadernos especiais juntamente com temáticas pertinentes, tais como currículo, criança, organização do trabalho escolar e da ação docente, planejamento e avaliação.

Os Direitos de Aprendizagem foram concebidos de forma a orientar os professores quanto às metas de ensino e aprendizagem nos diversos conteúdos escolares e são o ponto de partida para que se possa planejar o ensino nos anos iniciais da Educação Básica. Os Direitos de Aprendizagem suscitaram muitos estudos e reflexões durante as formações do Polo – UFJF, os quais foram compartilhados por profissionais das diferentes áreas envolvidas, que se fizeram atores juntamente com nossa equipe de professores. Hoje, esses profissionais assumem o papel de autores dos artigos

dessa revista e, mais uma vez, nos presenteiam com seus conhecimentos e reflexões, os quais marcam a continuidade do diálogo com os professores alfabetizadores, orientadores de estudos, coordenadores locais, formadores e demais pesquisadores interessados pela alfabetização e formação continuada de professores.

Esses artigos estão organizados em três seções. A primeira é mais geral e abre a revista com quatro trabalhos em que se discutem as temáticas de currículo, educação no campo e avaliação. Na segunda seção, são apresentados nove artigos que tratam dos Direitos de Aprendizagem dos diversos conteúdos envolvidos no programa. A terceira, e última seção, é composta por seis artigos, os quais abordam assuntos que estabelecem interface com as temáticas do Pacto, quais sejam: lúdico, cotidiano da escola, literatura infantil, educação inclusiva e tecnologias.

O primeiro artigo, *Currículo no Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa: os direitos de aprendizagem em discussão*, de Telma Leal, busca refletir sobre as orientações para o Ensino de Língua Portuguesa nos Cadernos do Pacto, apresentando interfaces de documentos curriculares de diferentes estados brasileiros. A autora sugere que os direitos de aprendizagem precisam ser tomados como um dever da escola na promoção da aprendizagem e de habilidades fundamentais para a defesa de um “currículo mínimo”. A aprendizagem da leitura e da escrita, os movimentos de fala e de escuta são tão importantes para a aprendizagem da língua quanto a escolha temática de conhecimentos relevantes para a vida das crianças.

As professoras Simone Ribeiro e Andrea Serpa discutem o modo como o PNAIC aborda a Educação do Campo, preocupando-se em romper os preconceitos sobre o rural e sobre como se estabelecem as relações entre os lugares. As autoras defendem a educação voltada à realidade dos povos do campo, com a valorização de seus saberes. Também destacam a necessidade das Políticas Públicas de Educação investirem na diversidade de experiências de docência, em espaços formativos baseados

no compartilhamento e na ressignificação de novas aprendizagens entre os professores.

Hilda Micarello, em seu artigo *A avaliação no âmbito do Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa*, opta por trabalhar duas dimensões importantes da avaliação no Pacto: a interna, fruto de uma prática avaliativa presente na escola; a externa, tomada sob os parâmetros das avaliações de larga escala. Apresentando uma visão panorâmica, procura apresentar limites e possibilidades, alertando para a clareza que se deve ter sobre o que se pretende avaliar e também sobre o que é necessário fazer com os resultados obtidos. Tal posicionamento sugere uma atitude problematizadora frente à construção de diferentes posturas e práticas no contexto educacional.

As professoras Andreia Feital, Miriam Machado e Rita Araujo nos apresentam com o texto *Práticas avaliativas: relato de experiência no 1º ano do Ensino Fundamental do Colégio de Aplicação João XXIII*. De maneira clara expõem concepções e instrumentos de avaliação diferenciados. Indicam que um aspecto importante da avaliação é a busca de sentidos, tanto no que se refere a uma cultura escolar estabelecida, quanto ao que sofre alterações nas ações cotidianas quando da participação das crianças.

Produzindo textos escritos na alfabetização inicial é o resultado de reflexões realizadas no âmbito das formações do Pacto acerca da ressignificação do ato de escrever na escola. Luciane Magalhães e Suzana Vargas discutem, na prática, os Direitos de Aprendizagem dos eixos Produção de Textos Escritos e Análise Linguística: discursividade, textualidade e normatividade, apontando para a necessidade de mudança de paradigma quando se pensa em escrita na escola. Para tanto, as autoras buscam, nas práticas de professoras alfabetizadoras, relatos de experiências que revelam situações didáticas em que as crianças planejam, escrevem, revisam e reescrevem seus textos em busca do dizer sua própria palavra.

Olga Egas nos (re)apresenta os direitos de aprendizagem em Artes em seu texto *As coisas escritas não vão*

ser mais importantes que as coisas desenhadas nas figuras: direitos de aprendizagem em arte. Costurando os fios dos pressupostos dos Cadernos do PNAIC a outros fios, tecidos na sua experiência de arte educadora, e também conversando com autores diversos, defende que a “língua do mundo é a Arte” e, como tal, afirma que a Arte rompe barreiras porque “existe em todo lugar e para todos”. Desse modo espera-se que ela seja apresentada para as crianças como uma experiência estética e, portanto, a sala de aula precisa se constituir num espaço/tempo de formação para as sensibilidades.

Andreia Senra e Bruna Tostes de Oliveira buscam refletir sobre o Ensino de Arte apresentando uma experiência pedagógica que teve a intenção de valorizar as artes visuais, criando possibilidades para a construção de uma poética artística para além dos limites da representação. O projeto Asa Branca, citado por elas, tratou de (des)instituir papéis e modos de se pensar a arte na escola. Tal olhar promoveu um novo encontro entre a obra de arte e o fazer artístico de crianças e professores.

Emerson Rolkouski, Anne Heloíse Sobczak e Carlos Roberto Vianna abordam, em *Probabilidade para os anos iniciais: de um estudo sobre significados atribuídos por alunos dos anos iniciais à elaboração de uma proposta*, o conteúdo de probabilidade a partir de um estudo desenvolvido com crianças de escolas públicas e discutem propostas de trabalho extraídas do PNAIC, de modo a contribuir com o ensino da probabilidade no ciclo de alfabetização.

O artigo *Jogos no ensino-aprendizagem da geometria no Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa* traz discussões teóricas e metodológicas sobre as possibilidades e os limites dos jogos no trabalho com a Geometria nos anos iniciais. O autor, Reginaldo Carneiro, analisa os Cadernos e os materiais didáticos do PNAIC voltados para a Educação Matemática e propõe articulações da matemática com as áreas de linguagem, artes e outros componentes curriculares.

O artigo *E qual lugar vocês guardam? O direito de aprendizagem em Geografia nos anos iniciais*, dos professores

Jader Lopes, Reinaldo Lima e Tânia Gonçalves, apresenta diferentes possibilidades de trabalho com os Direitos de Aprendizagem em Geografia, vivenciados com docentes e educandos em instituições escolares. Os autores exploram conceitos geográficos como espaço, território, lugar e paisagem.

Com o aporte da Geografia Humanista, o artigo *Direitos de aprendizagem em Geografia: o lugar em sua potência*, da professora Juliana Dias, analisa o conceito geográfico Lugar, partindo de uma situação didática vivenciada em sala de aula com graduandos de Geografia. A autora defende o trabalho com o conceito geográfico de Lugar a partir do diálogo entre professores e estudantes, considerando suas percepções e experiências de mundo e compartilhando os saberes escolares e os não escolarizados.

Cristhiane Flôr e Guilherme Trópia discutem, no artigo *Direitos de aprendizagem em Ciências Naturais no Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa*, a polissemia do termo Direito de Aprendizagem e defendem sua compreensão como possibilidade de trabalho nas articulações entre os diferentes componentes curriculares. Os Direitos de Aprendizagem de Ciências da Natureza são abordados a partir da discussão de variadas situações de sala de aula, ressaltando o ensino de uma ciência viva e criativa, que estimule a curiosidade nas classes de alfabetização.

O texto de Yara Alvim, *Práticas de leitura e de escrita em história: diálogos com os direitos de aprendizagem em história*, inova com a abordagem sobre os Direitos de Aprendizagem, uma vez que problematiza a categoria “fato histórico” e sugere um olhar sensível para os “fios invisíveis” que constituem os processos de leitura a eles relacionados e as ressignificações possíveis. Busca refletir sobre outras categorias importantes para o Ensino de História: o sujeito e o tempo histórico. Suas proposições nos fazem pensar no contexto discursivo da produção da História, no sentido de criar práticas em que intencionalidade e autoria se mesclam na provisoriabilidade das narrativas. A noção de “verdade absoluta” se rompe em função da ideia de que a

“verdade possível” é constituidora dos procedimentos e do conhecimento histórico.

Léa Silva, em seu artigo *A dimensão lúdica na criança e seu espaçotempo na escola*, apoia-se no 4º princípio do Pacto Nacional, que defende a ludicidade e o cuidado com as crianças como condições essenciais no processo ensino e aprendizagem, para discutir os conceitos de ludicidade, brinquedo, jogo e brincadeira. A autora destaca a importância de concebermos as crianças como produtoras de cultura e de criarmos espaçotempos na escola para que possamos ‘conjuguar’ os verbos brincar e aprender em uníssono.

Emocionante e envolvente o relato de experiência vivenciado pela professora Gisela Marques Pelizzoni e seus alunos do 1º ano, incentivado e narrado, nesse artigo, por Andréa Medeiros, profissional sensível a cada detalhe que envolve o *ensinaraprender*. Artigo para se ler de um fôlego só. Com essa experiência, a autora demonstra a possibilidade de se conceber uma cultura escolar diferenciada, em que a organização do tempo na escola pode ser subvertida em favor do aprendizado autêntico, prazeroso e significativo.

Colo: o lugar do livro e da literatura na infância. A partir dessa afirmação, Ninfa Parreiras reflete sobre a literatura genuína e seu desenvolvimento no país. Distingue a literatura do livro brinquedo e ressalta sua irracionalidade e desrazão, pois literatura é arte, afetividade, sentidos, sensações. A autora incentiva o ler por ler, sem compromisso com o ensino datado. Defende a literatura enquanto objeto de deleite, sem idade. Sensibiliza-nos a “lutarmos por um país mais leitor”.

Em *Educação inclusiva: já se falou muito sobre ela?*, Anna Padilha afirma que o direito à educação de qualidade para todos ainda está por acontecer, e só será alçado via luta popular e política. A autora destaca os equívocos concernentes à inclusão e chama a nossa atenção para a necessidade do rigor teórico na formação e prática do professor versus os modismos que vêm e vão sem nada modificar. Segundo a autora, ao definirmos o que queremos e

o que não queremos avançamos rumo a essa educação de qualidade para todos.

As autoras Luciana Marques e Katiuscia Antunes, em seu artigo *Educ(ação) na sala de aula regular*, confrontam a escola tradicional, berço do aprendizado de muitos de nós e, por isso mesmo, influenciadora de nossas concepções e práticas, com a possibilidade de pensarmos, como inspiramos Paulo Freire, em uma “Pedagogia do inédito-viável”. Concebem a inclusão para além dos alunos com necessidades especiais, pois todos somos diferentes e precisamos de uma escola alicerçada na heterogeneidade, que invista na diversidade de metodologias.

O artigo de Amaralina de Souza, *As Tecnologias da Informação e da Comunicação (TIC) na educação para todos*, encerra as discussões acerca da educação inclusiva. Entendendo a educação inclusiva como educação para todos, a autora propõe um trabalho com a inserção das TICs nas escolas, por meio de *softwares* educativos. Ela apresenta o *software Hércules e Jiló*, criado por ela para atender a crianças com deficiência intelectual, e anuncia a criação de outro na área da matemática.

Andréa Borges de Medeiros¹

Luciane Manera Magalhães²

Suzana Lima Vargas³

1 Coordenadora pedagógica da Escola Municipal José Calil Ahouagi; Pesquisadora da Educação Básica: pesquisa Cidade, Memória e Educação/FACED/UFJF. Supervisora Pedagógica do PNAIC/Polo Juiz de Fora.

2 Professora Associada da Faculdade de Educação/UFJF. Líder do Grupo de Estudos e Pesquisa ALFABETIZE (FACED/UFJF). Coordenadora Geral do PNAIC/Polo Juiz de Fora.

3 Professora Associada da Faculdade de Educação/UFJF. Coordenadora do Laboratório de Alfabetização (FACED/UFJF). Supervisora Pedagógica do PNAIC/Polo Juiz de Fora.